



## REMUNERAÇÕES



- Actualização da remuneração base em 2%;
- Actualização do subsídio de refeição para 5€; Revisão da Tabela Remuneratória Única;
- Reposição do valor a pagar pelo trabalho suplementar e pelas ajudas de custo.

## PENSÕES



- Aumento das pensões em 2,0%;
- Revisão do valor do IAS, e da legislação de actualização de pensões;
- Valorização das carreiras contributivas longas da CGA, à semelhança do que existe para o regime Geral da Segurança Social, por redução da idade legal de aposentação, permitindo assim a substituição por novos trabalhadores.

## CARREIRAS



- Descongelamento das progressões na carreira;
- Início do processo de revisão da Carreira Técnica Superior e das carreiras especiais ainda não revistas.

## EMPREGO PÚBLICO



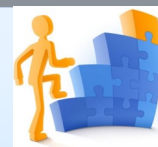
- Um combate eficaz à precariedade laboral na Administração Pública;
- A admissão dos recursos **humanos** necessários e suficientes para o desempenho adequado da prestação de serviços públicos, permitindo a renovação da Administração Pública.

## ADSE



- ADSE deve ser aberta a todos os trabalhadores do Estado que nela se pretendam inscrever, bem como aos cônjuges, ascendentes e descendentes desde que para o mesmo façam o respectivo desconto;
- Que o desconto a efectuar para a ADSE incida sobre o valor total das remunerações, excluindo os subsídios de Férias e de Natal;
- Que na sequência das alterações propostas se equacione a descida da taxa de desconto para 2,25%.

## SIADAP



- A revogação do SIADAP;
- A fixação de um sistema de formação e valorização permanente;
- A implementação de um sistema de aval acção permanente.

## CONTRATAÇÃO COLECTIVA



- Rever o Acordo Colectivo N.º 1/2009.

## JUSTIÇA FISCAL



- Reforçar o princípio da progressividade
- Aproximar o número de escalões de IRS anterior a 2013 (8 escalões).